

## PORTO DO RIO GRANDE: QUAL É TUA IDADE? MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DO PASSADO DE UM PORTO VELHO E DE UMA “BARRA DIABÓLICA” (?-1915)

**FERREIRA, GLADIS REJANE MORAN<sup>1</sup>; GASTAUD, CARLA RODRIGUES<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [gladis@portoriogrande.com.br](mailto:gladis@portoriogrande.com.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [crastaud@gmail.com](mailto:crastaud@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A cidade do Rio Grande, fundada em 1737 para servir de fortaleza contra as tentativas de invasões por mar à costa brasileira, se desenvolveu em torno do Porto e representou, no início do século XIX, o principal ponto de entrada e saída do Rio Grande do Sul (ALVES, 2007). Através de seu pequeno ancoradouro, o Porto deu passagem a artífices, artistas, modas, livros, ordens religiosas, cultura e ideias e serviu ao abastecimento da província com “gêneros essenciais, como sal, açúcar, farinha, carvão, e especialidades européias – rapé, vinho, absinto, além de tecidos, móveis, máquinas e uma infinidade de produtos industriais” (VEREKER, 2001). O Porto era também escoadouro para a produção de charque e produtos derivados da pecuária, como graxa, ossos e couros. Segundo ALVES (2007), o ancoradouro significava a rota pela qual passava grande parte de tudo que chegava à Província.

Naquela época, muitas eram as dificuldades que encontravam os navegadores para transpor a barra<sup>1</sup>, devido às constantes agitações das águas, dos fortes ventos e das mudanças nas marés. Segundo VEREKER (2001), “não foram poucas as embarcações que soçobraram na costa ou na barra” que, neste período, ganhou fama de “Barra diabólica” ou “cemitério de navios”, tendo em vista sua reduzida acessibilidade (ALVES, 2007).

Muitos estudos foram realizados na intenção de aumentar a extensão do cais e dragar o canal de acesso ao ancoradouro do Rio Grande. O ano de 1881 foi desastroso, com a ocorrência de diversos acidentes, naufrágios e encalhe de navios, em razão disso o Governo Imperial contratou Comissões de engenharia para realizarem estudo para assegurar a navegação marítima à cidade do Rio Grande. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS 1883, *apud* Alves, 2008).

A que mais se destacou foi à constituída em 1883, presidida pelo Eng<sup>o</sup>. Honório Bicalho, que no mesmo ano apresentou ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas<sup>2</sup> o relatório que continha os estudos e projetos feitos pela Comissão<sup>3</sup> (PRADEL, 1979) que apontavam a necessidade de construção de dois molhes paralelos na barra, a fim de tornar o acesso a Rio Grande mais seguro.

Entretanto, somente em 1908, após a contratação da *Compagnie Française du Porto do Rio Grande do Sul*, os trabalhos que objetivavam a construção de ambos os molhes, o Leste, em São José do Norte e o Oeste, em Rio Grande, e a construção do Porto Novo<sup>4</sup> foram iniciados (PRADEL, 1979).

<sup>1</sup>Banco de areia que se forma na entrada dos estuários ao contato das águas doces do rio com as águas salgadas do mar. Entrada estreita de um porto. <http://www.dicio.com.br/barra/>

<sup>2</sup> Atual Ministério dos Transportes.

<sup>3</sup>Relatório da Comissão de Melhoramento do Porto e Barra do Rio Grande. 1883. Biblioteca/SUPRG

<sup>4</sup>Até então, só existia na cidade o Porto Velho, que recebia a atracação de embarcações menores.

A partir de então o Porto se consolidou e, no decorrer do tempo, contribuiu fortemente para a economia brasileira.

Na ocasião em que se prepara a comemoração dos 100 anos do Porto de Rio Grande, a realizar-se em 15 de novembro de 2015, um questionamento se coloca: porque comemorar o centenário? Porque tomar como marco o ano de 1915, quando a cidade se formou, em 1737, já a partir do Porto? Quando o Porto passou a ser institucionalizado?

Através das solenidades de aniversário do Porto do Rio Grande observa-se que a contagem de tempo para comemoração não engloba grande parte de sua trajetória. Esta situação, devido ao transcorrer do tempo, que consome e desfaz (RICOEUR, 2007), faz com que fatos importantes da história do Porto deixem de ser lembrados nas celebrações de aniversário.

Serão 100 anos? Sim, se levarmos em conta a data de abertura do Porto Novo e dos Molhes da Barra, ocorrido em 1915. Ou serão 150 se tomarmos como referência que no ano de 1869 o Governo Imperial, através do Decreto n. 1.746, autorizou a contratação para a construção de docas e armazéns. Ou 200 anos, tomando como referência a abertura dos Portos brasileiros às nações amigas de Portugal, em 1808. Ou, e por fim, o Porto do Rio Grande estaria se aproximando dos 300 anos, uma vez que a cidade foi fundada ainda no século XVIII, em meio a um contexto de disputas entre os portugueses e os espanhóis, e o Porto, por resultado, serviu como Porto Fortaleza<sup>5</sup>.

Este trabalho tem como objetivo investigar a existência de uma política de memória para o Porto, através das comemorações de aniversário do Porto do Rio Grande. Assim, se pretende averiguar a partir de qual data se deu início às comemorações de aniversário do Porto e investigar qual foi o motivo da escolha do ano de 1915, como marco temporal nas celebrações de aniversário. Assim como apurar a existência de uma política de esquecimento em relação ao passado do porto e, partir de que momento o Porto passa a ser oficialmente institucionalizado.

## 2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se constitui em uma pesquisa qualitativa, que investiga os fatos e analisa os dados e se vale da razão discursiva, sem se preocupar com os aspectos qualitativos (RODRIGUES, 2007). Durante a pesquisa esta sendo realizada a análise das fontes bibliográficas e um estudo das fontes documentais a fim de contextualizar a história do Porto do Rio Grande.

A pesquisa está se desenvolvendo a fim de saber quando se iniciou a comemoração do aniversário e porque se elegeu o marco de 1915. Inicialmente está se estudando as fontes que compõem parte do acervo da Biblioteca da Superintendência do Porto do Rio Grande<sup>6</sup>, uma vez que tais manuscritos são correspondências administrativas desta instituição e datam dos séculos XIX e XX. Através do referido acervo, quando empregado procedimentos de conservação e preservação, foi detectado o lapso de tempo nas comemorações.

Também serão objetos de pesquisa o acervo documental e a coleção da imprensa jornalreira da Biblioteca Rio-grandense, assim como, os acervos da Câmara de Vereadores, Câmara de Comércio, da Alfândega da cidade, do Instituto

---

<sup>5</sup> A partir de 1737 foram criadas várias fortificações em torno do litoral.

<sup>6</sup> Como passa a ser denominado o Porto do Rio Grande, uma entidade autárquica, criada através da Lei 10.722, de 18 de janeiro de 1996.

Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul e a Base de Manuscritos do Império da Biblioteca Nacional, assim como a Coleção de Leis do Império do Brasil, que normatizou os portos brasileiros.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ensejo da preparação para o centenário do Porto do Rio Grande, a ser comemorado em 2015, questiona-se acerca da idade deste Porto e, a respeito de quais seriam as políticas de memória e de esquecimento efetivadas uma vez que o mesmo insere-se na cidade do Rio Grande há muito mais tempo do que nos remetem as comemorações oficiais. Logo, política de memória

é o conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas (comemorações oficiais, programas escolares de história, leis, memoriais, panteões, etc... (MICHEL, 2010).

A omissão cobre um tempo de 180 anos, transcorrido da fundação da cidade até 1915, neste período aconteceram; a abertura dos portos às nações amigas de Portugal em 1808<sup>7</sup>, a criação da Praticagem da Barra<sup>8</sup>, em 1846 e, em 1869, foi autorizada a construção nos diferentes portos do Império, de docas e armazéns<sup>9</sup>. Essa falha de tempo deixa em risco parte da memória do Porto e a ameaça de esquecimento. Segundo HALBWACHS (1990) a memória é fruto dos testemunhos de uma época e remonta a um presente em movimento. Portanto, de que forma a memória coletiva, que é uma corrente de pensamento contínuo (HALBWACHS, 1990), do grupo social composto por trabalhadores portuários está sendo evocada? Para JELIN (2001) existe uma complexidade da memória que envolve recordações e esquecimentos, atos e narrativa, gestos e silêncios, pois há um jogo de saberes que envolvem emoções, com ecos e fraturas, no caso do Porto do Rio Grande, já existentes. O passado do Porto, que se lembra ou que se esquece, é ativado no presente através das comemorações de aniversários. Estas ativações agem sobre os processos de lembrança e de esquecimento (PRATS, 2005). Como consequência há incitação e ansiedade do que lembrar e uma angústia sobre o que está sendo esquecido, pois a presença do esquecimento ameaça a identidade, neste fato a identidade portuária. Contudo, segundo JELIN (2010) “os esquecimentos institucionalizados não são jamais irreversíveis”, podendo ser as políticas de memória revistas e implementadas de outra maneira a fim de proteção da memória.

### 4. CONCLUSÕES

Grande parte da memória do Porto do Rio Grande corre o risco de ser relegada ao esquecimento. A cada ano, ao se comemorar o aniversário é fortalecida parte das lembranças e enfraquecida outra parte delas. Podemos dizer que as autoridades públicas, responsáveis pelas comemorações de aniversário do Porto estão negando, mesmo que de forma não intencional, trechos inteiros da história do Porto em benefício a estes festejos. Esta negação reforça parte das lembranças

<sup>7</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808, p.1 v.1.

<sup>8</sup> Criada para dar segurança à navegação, era servido por marinheiros experientes e oficiais da Armada Nacional

<sup>9</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil, 1869, p. 189 v.1.

cômodas, uma vez que, comemora-se 100 anos de um Porto promissor, enquanto o pequeno e insuficiente ancoradouro e a problemática “Barra Diabólica” do século XVIII são relegados ao esquecimento. Porém, como já mencionado, há uma angústia do que está sendo deixado para trás, e há certo conflito, entre o que lembrar e o que esquecer. Assim como, existe uma necessidade de rever estas políticas de memória e de esquecimento, criadas em torno de tais celebrações, na intenção de incluir o tempo omitido e salvaguardar a memória do Porto.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande**: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema). Porto Alegre: Corag, 2007.

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande**: história, memória e cultura portuária. Porto Alegre: Corag, 2008. I e II v.

**COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/busca/?q=cole%C3%A7%C3%A3o+das+leis+do+imp%C3%A9rio&x=0&y=0>

HALBWACHS, Maurice. **Lescadressesociaux de lamémoire**. Paris: Mouton, 1976

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Espanã: SigloVeintiuno editores, 2001. Cap.I

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas: PPGMP, v.2, n.3, ago.-nov., 2010. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 15 maio 2014

PRADEL, Antonio. **Histórico da Barra do Rio Grande**: comemorando os 135 anos de fundação da Câmara do Comércio. 1979.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimônio cultural. In: **Política y Sociedad**. Madrid: Universidade de Barcelona, n. 27, p. 63-76

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

VEREKER, Henry Prendergast. **Vereker, 1860**: roteiro da costa do Rio Grande do Sul. Trad. João Reguffe. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2001.